

## **Keynes, Cardim e seus amigos pós-keynesianos** um prefácio ao livro em homenagem a Fernando Cardim de Carvalho

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Oreiro, José Luis, Luiz Fernando de Paula, e Rogério Sobreira, eds. (2019) *Moeda e Sistema Financeiro: Ensaio em Homenagem a Fernando Cardim de Carvalho*. Novembro de 2018.

Fernando Cardim de Carvalho era o nosso decano; era o mais antigo pós-keynesiano brasileiro, ainda que não fosse o mais velho (esse mérito ou demérito cabe a mim). Mas eu nunca fui um fiel pós-keynesiano; fui antes um desenvolvimentista que se tornou pós-keynesiano nos anos 1980, quando comecei a participar das conferências anuais organizadas em Knoxville por Paul e Louise Davidson. Nessa época Cardim já fazia seu doutorado com Paul na Universidade do Tennessee. Eu só fui conhecê-lo mais tarde. Em 2002 eu participei de mais uma conferência pós-keynesiana, agora realizada em Kansas City. Tornei-me, então, amigo dos três mosqueteiros do pós-keynesianismo brasileiro, Fernando Ferrari, José Luis Oreiro e Luiz Fernando de Paula. Mas os mosqueteiros eram quatro, e Cardim era o Athos do grupo – o mais antigo e o líder natural.

O que aprendi eu com os economistas pós-keynesianos que escreveram este livro? O que aprendi com Cardim, um amigo que desapareceu tão cedo? Lendo este livro sobre Cardim, eu aprendi ou reaprendi muita coisa sobre Keynes e naturalmente sobre Cardim.

### **Keynes**

Primeiro, sobre o *método*. O método de Keynes é histórico-dedutivo, ao invés de hipotético-dedutivo; ele está interessado em ver como os agentes econômicos realmente se comportam ao invés de partir de alguns axiomas, como a do homo economicus e o das expectativas racionais, para daí deduzir leis econômicas tão seguras e precisas quanto equivocadas. Para Keynes há a incerteza – uma incerteza radical sobre o futuro que obriga as empresas a tomarem decisões ao invés de sempre otimizarem seus ganhos. Decisões no quadro da incerteza que não necessariamente as mais racionais. Keynes escreveu uma “teoria geral”, mas esta teoria não vale em qualquer tempo e lugar. Ela vale no quadro econômico e institucional dos países ricos, dos anos 1920 aos anos 1940 – nesses 30 anos que Keynes conheceu muito bem. Muitas das suas ideias continuaram a valer depois porque elas implicavam generalização e, portanto, constituíam teoria. Mas uma teoria tão genial quanto modesta, ao invés da teoria arrogante e geralmente equivocada do mainstream neoclássico.

Neste livro temos muitas vezes a relação de Keynes com Marx. Isto se deve não à partilha de um ideal (Marx queria a revolução socialista, Keynes, reformar o capitalismo), mas à partilha do método histórico. Keynes tem como objeto as *economias monetárias de produção*. Ora, o que são elas senão as sociedades capitalistas que Marx estudou? Para Keynes, como para Marx, o objetivo não é a produção e o consumo, mas o dinheiro. Terra e Ferrari citam Keynes (1979: 82, grifo original): “o empresário está interessado não no montante de produção [situação na qual os indivíduos trocam mercadoria por dinheiro com o objetivo de adquirir outra mercadoria], mas, sim, no volume de *dinheiro*”. Ou, como dizem Amado e Mollo, “segundo o princípio da produção, esta não busca maximização de utilidade ou satisfação, mas busca lucro, e lucro monetário. Conforme Oreiro, Paula e Sobreira “no *Tratado sobre a Moeda* (Keynes, 1930), Keynes havia chegado a um impasse, uma vez que nesse livro ele propõe que os fatores monetários afetam o volume de investimento realizado na economia (o que afeta a configuração de equilíbrio de longo-prazo do sistema), mas ele ainda se baseava no velho arcabouço da *teoria quantitativa da moeda*, no qual a moeda seria neutra, ao menos no longo prazo... Em 1933 Keynes começa a desenvolver um novo arcabouço teórico, o qual ele chamou de *economia monetária da produção*. Nesse arcabouço a moeda não pode ser simplesmente *adicionada* à estrutura completa de um modelo “real”, mas ela precisa ser *essencial* ao modelo”.

Embora Keynes geralmente não citasse Marx, Oreiro, Paula e Sobreira observam que quando ele explica o papel das firmas numa “economia empresarial” (uma outra forma de dizer “uma sociedade capitalista”), ele “faz menção ao famoso esquema marxista de circulação de mercadorias (CWJMK, Vol. XXIX, p.81), qual seja o esquema D-M-D’, onde D é o montante de dinheiro aplicado na compra de mão de obra e meios de produção no início do ciclo de produção, M representa as mercadorias produzidas durante o ciclo e D’ é o montante de dinheiro obtido ao final do processo ( $D' > D$ ). Um esquema através do qual, segundo observou Luiz Gonzaga Belluzzo em um livro recente sobre Keynes (*O Tempo de Keynes nos Tempos do Capitalismo*, 2016), Marx, portanto, antecipou o problema da demanda efetiva.

Finalmente, ainda no plano do método, Keynes foi um *institucionalista*, como, aliás, devem ser todos os cientistas sociais desde que combinem as restrições impostas pelas instituições com as determinadas pelas estruturas sociais. Para Keynes as instituições são *convenções*, são uma “teoria prática do futuro”, como nos sugerem Amado e Mollo, a quais citam Keynes (1937, p. 214): “sabendo que nosso próprio julgamento individual não tem valor, nos esforçamos para recorrer ao julgamento do resto do mundo, que é talvez melhor informado. Ou seja, nos esforçamos a nos conformar ao comportamento da maioria ou da média”. Através das convenções os agentes econômicos projetam a situação corrente sobre o futuro, desde que não tenham razões definidas para esperar uma mudança. Para Keynes, segundo David Dequech, uma convenção é mais do que um sistema de regras compartilhado. É também “um modelo mental (um sistema de regras mentais) socialmente compartilhado; uma convenção pode ser um modo de formar expectativas bastante precisas, como a convenção projetiva de Keynes na *Teoria Geral* (p. 152), ou pode ser um modelo mais vago”, mas é sempre “um modelo mental usado para selecionar, organizar e interpretar informações, assim como para suplementá-las”.

Sobre a teoria keynesiana, a intuição básica de Keynes foi que, primeiro, uma economia capitalista não é uma economia de trocas, mas uma economia *monetária*, na qual, como observam Terra e Ferrari, “a produção somente será realizada se as expectativas de retorno dos investimentos (demanda esperada) forem iguais ou maiores do que os custos (gastos planejados) com a contratação dos fatores de produção”.

Segundo, em uma economia monetária o dinheiro é uma reserva de valor e pode ser entesourado ao invés de investido se não existirem oportunidades de investimento lucrativo e se as empresas não tiverem confiança na estabilidade do sistema econômico. Nestes termos, conforme salientam Terra e Ferrari, a relação de causalidade entre oferta e demanda é invertida: “a proposição de que a oferta cria a sua própria demanda é substituída pela proposição de que os gastos criam a sua própria renda” (Keynes, 1979: 80-81).

Terceiro, a inversão da relação entre poupança e investimento. O pensamento convencional é que, primeiro, poupamos para depois investir, mas, dada a existência de moeda e de crédito, Keynes mostrou que a relação é antes inversa. Primeiro o empresário busca oportunidades de investimento, que dependem da demanda efetiva, e, em seguida, busca crédito para financiar o investimento projetado.

Quarto, há uma tendência à insuficiência de demanda. Conforme salientam Amado e Mollo, “o nexos causal entre incerteza e demanda por moeda – notadamente pelo motivo precaução (mas também pelo motivo especulação) – é a principal fonte de insuficiência de demanda efetiva”.

Quinto, Keynes conceituou demanda efetiva como o valor do produto no qual as empresas acreditam que haverá lucro máximo, dadas as expectativas dos empresários sobre o comportamento da demanda. Só haverá oportunidades ou expectativas de lucro quando as empresas confiam que haverá demanda no momento em que os produtos de seu investimento chegarem ao mercado.

Mas quem é o agente econômico de Keynes? Naturalmente não é o *homo economicus* que serve de base para os economistas neoclássicos deduzirem toda a teoria econômica. É um homem cauteloso, defensivo diante da incerteza em relação ao futuro. Conforme dizem Oreiro, Paula e Sobreira, “todas as inovações teóricas fundamentais que Keynes apresentou na sua *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (1936) consistem na identificação dos tipos de comportamento defensivo e na análise dos efeitos desses comportamentos sobre o sistema econômico”. E acrescentam Modenesi e Martins: “os *comportamentos defensivos* por parte dos agentes econômicos, que tomam curso por meio de diferentes mecanismos. O caso da preferência pela liquidez é ilustrativo de um dos mecanismos defensivos utilizados para lidar com a incerteza – inclusive, um mecanismo de caráter radical, uma vez que visa a unicamente manter a posição de riqueza e flexibilidade dos agentes econômicos. Outro mecanismo defensivo relevante para nossa discussão é a adoção de comportamentos convencionais ou a formação de convenções, que discutimos brevemente para o caso das taxas de juros na seção anterior”.

Como a taxa de câmbio e o saldo externo corrente desempenham um papel central na teoria novo desenvolvimentista, na teoria keynesiana esse papel cabe à taxa de juros e ao saldo fiscal.

A taxa de juros não é determinada pela oferta e a procura de poupança, como pretendem os neoclássicos, mas é a recompensa que se deve pagar aos possuidores de riquezas para que renunciem a liquidez, ou para que não entesourem moeda. Nesta linha de pensamento, para Jennifer Hermann, “os títulos oferecem juros exatamente porque são menos líquidos que a moeda, exigindo, por isto, algum grau de renúncia à liquidez”. Cabendo assinalar que, “a preferência por liquidez dos agentes não é exercida apenas sobre o *fluxo* de poupança do período, mas sim sobre todo o *estoque* de riqueza existente”.

Para a estabilidade e o desenvolvimento de uma economia monetária o *investimento* tem um papel decisivo porque, no pleno emprego, é a variável que determina o crescimento do produto, e fora dele tem um papel redobrado devido ao multiplicador. Para Jennifer Hermann, no “processo de financiamento do investimento, Keynes (1937b) sugeriu sua divisão em duas etapas. A primeira, que denominou de *finance*, consiste na demanda de crédito para dar início aos novos investimentos. Como visa financiar apenas gastos iniciais, inferiores ao montante do investimento planejado, essa fase pode ser satisfeita por crédito de curto prazo. Numa segunda etapa, denominada *funding*, as firmas devem ser capazes de emitir ações ou títulos (inclusive dívidas) de prazos mais longos, compatíveis com o do capital fixo a ser financiado... A incerteza leva as instituições financeiras a valorizarem a liquidez, os fatos recentes e a posição média do mercado como critérios de alocação eficiente.

A macroeconomia keynesiana é uma teoria de crises. Ou, antes, de como superá-las. Conforme Terra e Ferrari, “as crises de insuficiência de demanda ocorrem porque, diante de um contexto de incerteza radical, os agentes econômicos preferem liquidez, postergando, assim, as decisões de gastos de consumo e investimento”. É, assim, a incerteza que explica a *tendência à insuficiência de demanda* que é central no pensamento de Keynes. Conforme assinala Jennifer Hermann, há em Keynes três tendências associadas a essa tendência mais geral: “(a) tendências a bolhas especulativas; (b) tendência curto prazista; e (c) (Minsky) tendência à fragilidade financeira de empresas e instituições financeiras”.

Se Keynes inovou em relação à taxa de juros, o mesmo não pode ser dito em relação à taxa de câmbio. Uma boa indicação disto é o fato que nossos autores pouco se referem a ela. Há apenas uma referência à sua crítica definitiva do padrão ouro, e outra à sua proposta do *bancor* – uma moeda universal. Defendeu um regime fixo de taxa de câmbio, e um dos nossos autores acrescenta – uma taxa fixa “administrada”. A estratégia que adotou na *Teoria Geral* de construir um modelo fechado, sem comércio internacional e taxa de câmbio, foi providencial. Ele estava realizando uma revolução na teoria econômica e, para ser compreendido, precisava reduzir a um modelo simples uma realidade complexa. Por isso optou pelo câmbio fixo, mas, ao fazê-lo, dificultou enormemente que seus seguidores pensassem em uma economia aberta.

## Cardim

Vejam agora Fernando Cardim de Carvalho. Primeiro, o ensaio de Francisco Eduardo Pires de Souza. Foram colegas de classe, foram alunos de Antônio Barros de Castro. Ambos estudaram juntos na Unicamp, e “os autores mais estudados então eram Marx, Kalecki e Keynes, nessa ordem”. Neste livro, Pires de Souza foi o único que escreveu um ensaio *pessoal*

sobre Cardim. Ele mostra como se deu “o encontro profundo” de Cardim com Keynes. Um tema central na Unicamp era o da tendência à queda da taxa de lucro, que é um dos pontos mais abstratos da teoria econômica de Marx, e “Cardim já demonstrava ceticismo crítico em relação a tais formulações e nos questionava sobre a aderência daquele tipo de proposição ao mundo real”. Marx queria compreender “a essência” das coisas, nos diz Pires de Souza, mas Cardim era pragmático: “O trabalho científico não busca identificar ou explicar “essências”, por baixo ou por trás das aparências. As ciências naturais buscam identificar padrões nos dados que se observam [...] seu problema é separar o sistemático do acidental, não a essência da aparência”.

Diz-nos Pires de Souza que a adesão definitiva de Cardim ao keynesianismo “se deu durante nossa participação, em 1981, na primeira *Summer School*, do Centro de Estudos Econômicos Avançados, em Trieste, promovida por pós-keynesianos e neo-ricardianos. Lá aconteceu o encontro com pós-keynesianos como Jan Kregel, Paul Davidson e Hyman Minsky, entre outros. Ao final do encontro de Trieste, Cardim questionou minha postura eclética e anunciou que ele já tinha feito sua opção pela posição pós-keynesiana. Uma opção que manteve até o final da vida”.

Cardim foi assim o primeiro pós-keynesiano brasileiro. E provavelmente se deve a ele o fato de que no Brasil exista uma das mais amplas comunidades pós-keynesianas. Diz-nos Pires de Souza a respeito que “uma característica da personalidade de Fernando Cardim que teve importância para a difusão do pensamento pós-keynesiano no Brasil foi sua característica aglutinadora, de liderança e, por consequência, de construção de instituições. Cardim pouco a pouco foi formando uma espécie de uma escola: montou na Universidade um grupo com seus discípulos e seguidores, que junto com ele tiveram uma participação ativa na universidade e em diversas instituições do mundo acadêmico”.

Cardim foi orientado por Paul Davidson na Universidade do Tennessee, que teve forte e benéfica influência sobre ele. No pensamento keynesiano os principais princípios de uma economia monetária são comuns a Davidson e a Cardim. São os seguintes:

- Princípio da produção em que o objetivo da firma é, a partir do processo de produção, acumular dinheiro;
- Princípio da hierarquia ou da dominância estratégica, que diz respeito à assimetria de poder entre trabalhadores e produtores, com dominância destes via suas firmas, além do poder econômico geral do sistema financeiro, responsável, em última instância, por decidir se financia uma escala maior de produção ou não.
- Princípio da temporalidade da atividade econômica, ou seja, a produção é um processo que decorre no tempo, de forma que a decisão de contratação dos insumos e dos fatores de produção deve ocorrer antes da venda da produção ser realizada no mercado.
- Princípio da não-ergodicidade da realidade econômica – em um contexto no qual os eventos não tendem a se repetir, os indivíduos não podem eliminar a incerteza que circunda o processo decisório;
- Princípio da coordenação que postula que as economias monetárias não possuem mecanismos possíveis de planejamento central; a coordenação entre produção e consumo somente pode ocorrer *a posteriori*, pois há milhares de indivíduos,

atomizados, tomando decisões em contextos distintos. histórica e geograficamente, e é impossível centralizar e distribuir funções econômicas

- Princípio das propriedades da moeda – o fato que as elasticidades de produção e substituição são negligenciáveis – tornando essencial o problema da credibilidade e, logo, da liquidez da moeda – da sua capacidade de liquidar dívidas, salários e contratos monetários (Davidson, 1994).

Estes princípios estabeleceram as bases para o programa de pesquisas de Cardim, que constituem também o programa de pesquisa pós-keynesiano. Oreiro, Paula e Sobreira citam Cardim: “Os pós-keynesianos têm como seu programa de pesquisa precisamente desenvolver uma nova visão, a de uma economia monetária. Este é o conceito unificador que organiza o paradigma pós-keynesiano e que permite superar a impressão muito comum [...] de que esta escola é mais unida pelos argumentos que ela refuta do que por princípios positivos da teoria em reconstrução” (Cardim de Carvalho, 1992, p.37-38).

Cardim preferiu Keynes a Marx. Enquanto este analisou o capitalismo de maneira insuperável, mas não se interessava em mostrar como melhor governá-lo, Keynes, com a política macroeconômica, forneceu instrumentos para isto. Mas através de Keynes voltou a Marx, por exemplo, quando discutiu as economias monetárias de produção. Como nos dizem Amado e Mollo, “Carvalho, nos seus princípios definidores da ‘economia monetária da produção’, não apenas traça os pontos de desacordo com a ortodoxia econômica, em particular a monetária, mas, ao fazê-lo, chama atenção para aspectos heterodoxos do seu pensamento”. Oreiro, Paula e Sobreira, por sua vez, dizem apenas que, para Cardim, “A moeda é assim o início e o fim de toda a atividade produtiva”. Por isso, “Cardim de Carvalho sistematizou o conceito de economia monetária de produção, tornando o mesmo no “núcleo duro” do programa de pesquisa dessa escola de pensamento; bem como deu contribuições fundamentais para o desenvolvimento das “teorias auxiliares” que compõe o “cinturão protetor” desse programa de pesquisa em seus escritos a respeito das temáticas de escolha de portfólio, preferência pela liquidez, bancos e financiamento do investimento” (Cardim de Carvalho, 2015, p.5).

O método, em Cardim, era também histórico. Como nos dizem Terra e Ferrari, “seu intento foi oferecer uma alternativa ao *mainstream*, dotada de profunda razoabilidade e em muito ancorada no *real world economics*, o método pragmático que os pós-keynesianos se utilizam para perceber os objetos da realidade, como aponta o próprio Cardim de Carvalho (2003)”. “Dessa forma, conforme Oreiro, Paula e Sobreira, para Keynes não existem leis que se imponham independentemente da forma pela qual os indivíduos percebem suas restrições e fixem as suas metas; ao mesmo tempo, contudo, os indivíduos não são entidades metafísicas perdidas no tempo e no espaço tal como é postulado pelos individualistas radicais” (Cardim de Carvalho, 2015, p.4-5).

As convenções são também centrais para Cardim. Como nos dizem Amado e Mollo citando Cardim, “o desempenho da economia brasileira em 2012 parece ser um exemplo de livro-texto confirmando a eficácia da noção de convenção. Há uma percepção generalizada na sociedade brasileira de que as medidas de expansão tomadas ao longo de 2012 não funcionaram porque

os agentes econômicos (especialmente os empresários) não teriam *acreditado* em sua eficácia” (Cardim de Carvalho 2014, p. 257).

Cardim foi essencialmente um economista pragmático e defensor do princípio da *razoabilidade*. Conforme nos dizem Modenesi e Martins, ao discutir o problema do dinheiro e da política monetária de Cardim, “a rejeição ao verticalismo parte do reconhecimento de que a autoridade monetária não tem e não pode ter controle absoluto sobre a quantidade de moeda em circulação em uma economia monetária de produção, pois, de fato, os bancos exercem um papel relevante na criação de moeda escritural (na forma de concessão de crédito). A moeda é, neste sentido, caracterizada como endógena: “a disponibilidade de moeda é endogenamente determinada porque resulta de visões privadas sobre a acumulação de riqueza, orientadas pela escolha entre os retornos monetários esperados e os prêmios de liquidez” (Cardim de Carvalho, 2013, p. 445). Todavia, isso não implica aceitar a visão de que o BC deve acomodar, incondicionalmente, todo e qualquer aumento da demanda por moeda (mais precisamente, reservas bancárias) por parte dos bancos. Ele apresenta uma visão crítica ao horizontalismo (perfeitamente acomodatório), sem, contudo, aceitar os postulados verticalistas”.

Cardim foi sempre moderado e cuidadoso, mas, como nos dizem ainda Modenesi e Martins, ele foi capaz de “criticar duramente o regime monetário de metas de inflação: trata-se de um regime que se fundamenta na neutralidade da moeda no longo prazo. Nada mais antikeynesiano”. Nas palavras de Cardim de Carvalho (2005, p.334): “O regime de metas inflacionárias se apoia na proposição de que o impacto real da política monetária é efêmero, na melhor das hipóteses. [...] isto é um erro, decorrente da visão limitada que se tem da moeda apenas como meio de pagamento e da política monetária como um simples regulador da quantidade de moeda em circulação.”

O problema da incerteza e da conseqüente necessidade de tomar decisões, fazer escolhas em relação a um futuro incerto, está naturalmente muito claro em Cardim. Para Jennifer Hermann, “o indivíduo não só tem que decidir com informações difíceis insuficientes como também sabe que a informação em que sua decisão se baseia é insuficiente para lhe permitir tirar determinadas conclusões” (Cardim de Carvalho, 2015b, p. 49). Para Modenesi e Martins, citando Cardim: “1. Agentes econômicos keynesianos estão permanentemente em *busca de novas informações* que possam sinalizar que as coisas se desenvolveram de uma forma distinta do esperado e, assim, novas decisões devem ser feitas para a adaptação às novas circunstâncias; 2. Toda decisão a ser tomada deve levar em conta não só seus objetivos explícitos, mas também quanta flexibilidade ela fornece ao tomador de decisão para alterar sua estratégia no caso em que mudanças de rota sejam eventualmente necessárias” (Cardim de Carvalho, 2015, pp. 49-50).

Neste quadro, Jennifer Hermann assinala que para Cardim o sistema financeiro tende a ser disfuncional. Como observa ele, “assim se estabelece o paradoxo brasileiro, um quadro em que se possui um sistema financeiro fortemente competitivo e, no entanto, amplamente disfuncional, incapaz de exercer seu papel de apoiador da atividade produtiva.” Estamos, assim, diante de um paradoxo apontado por Carvalho:

- a. O fraco interesse dos investidores por operações de longo prazo;
- b. O fraco interesse das empresas pela emissão de títulos ou dívidas de longo prazo.

- c. A difícil concorrência que os títulos privados (longos e curtos) enfrentam com os títulos públicos federais,
- d. A consequente dificuldade de formação de preços para ativos privados de longo prazo.
- e. O histórico de juros reais elevados, desde os anos 1990” (Carvalho 2005c: 17-18).

Paradoxo cuja causa principal são os juros elevados que constituem seu item (e).

Como nos dizem Modenesi e Martins, Cardim sabe muito bem que em uma economia monetária de produção o mercado não constitui o *locus* exclusivo de coordenação da atividade econômica. E Citam Cardim: “em paralelo à coordenação *ex-post* de atividades exercidas pelo mercado, ressalta-se a importância da coordenação *ex-ante* obtida através da criação de um sistema de contratos futuros grafados em moeda” (Cardim de Carvalho, 1993, p. 118).

Finalmente, a taxa de juros e o financiamento do desenvolvimento no pensamento de Fernando Cardim de Carvalho. Conforme lembram Terra e Ferrari, ele defendia firmemente taxas de juros baixas. E o citam: “Em um contexto de desconhecimento sobre os eventos futuros, a taxa de juros não seja sempre alvo de tentativas de antecipação por parte dos agentes econômicos, implicando-lhes demanda precaucional de moeda, isto é, preferência pela liquidez, a política monetária tem que ser transparente de maneira que o banco central informe ao público que “as taxas normais são baixas e continuarão baixas no futuro [...] [pois elas] agem sobre a demanda agregada, quando necessário” (Cardim de Carvalho, 1997: 45). Na mesma direção vão Modenesi e Martins falando sobre Cardim: “Uma política monetária que visasse ao pleno emprego deveria ser aquela que sinaliza aos agentes econômicos a manutenção de uma taxa de juros baixa e estável por um período sustentado de tempo”.

E o *financiamento dos investimentos*? Jennifer Hermann resume o problema citando Cardim: “Os agentes decisivos nesse processo não são os poupadores, mas sim as instituições financeiras: os bancos comerciais, na fase de *finance*, e as IFNB e bancos universais, na fase de *funding* (Cardim de Carvalho, 1997 e 2016).

Fernando Cardim de Carvalho foi sempre um fiel keynesiano, enquanto que eu, antes de pós-keynesiano, fui um desenvolvimentista clássico e um grande admirador de Marx; desde 2001 estou desenvolvendo uma teoria nova – o novo desenvolvimentismo –, que deve muito a Marx, a Keynes, aos desenvolvimentistas clássicos como Arthur Lewis, Raúl Prebisch e Celso Furtado, e aos grandes pós-keynesianos como Paul Davidson e Hyman Minsky, e aos meus amigos que escreveram este livro. Senti-me honrado pelo convite que me fizeram para escrever este prefácio, porque Fernando e sua mulher, Fernanda, foram grandes amigos. Quando soube de sua morte próxima, telefonei a ele em Portugal para dizer-lhe que iria promover a tradução de seu primeiro livro – *Mr. Keynes and the Post Keynesians*. Ele acolheu meu telefonema com alegria e tranquilidade – uma tranquilidade de quem sabia que, em sua vida, ele havia cumprido com suas responsabilidades como cidadão, como economista, como amigo de seus amigos, e chefe de sua família.